

NOTÍCIAS TRF 3



Informativo de 16 a 31 de março de 2009

São Paulo — Edição Nº 9 / 2009



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL COMPLETA VINTE ANOS

Decisões importantes para o cidadão fizeram os momentos mais marcantes dessa história

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região nasceu junto com a Constituição Federal de 1988, promulgada em outubro daquele ano, e chamada de Constituição Cidadã, porque coroava um movimento de redemocratização do país, recém-saído de 21 anos de regime militar.

Era importante aproximar a justiça do povo e, pensando nisso, os deputados constituintes criaram os tribunais regionais federais, extinguindo o antigo Tribunal Federal de Recursos, que ficava em Brasília.

A atual presidente, desembargadora federal Marli Ferreira, explica a relevância desse começo: “Foi importante sob vários aspectos. Em primeiro lugar porque a justiça federal era muito divorciada do povo. Ela não estava muito equacionada em termos de distribuição em pontos de atendimentos da população. Tanto assim que, existia um movimento ainda pequeno naquela época, antes da Constituição de 88, para a extinção da Justiça Federal, porque ela realmente era muito afastada. Era uma justiça muito elitista, ao contrário da estadual, porque a estadual cuidava do dia-a-dia da vida do cidadão, das relações interpessoais dos cidadãos, e com isso, essa era a justiça que eles conheciam, e não a federal”.

O primeiro endereço do TRF3 foi o edifício Saldanha Marinho, situado no centro da capital paulista, ao lado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, construído na primeira metade do século XX. A inauguração se deu em 30 de março de 1989, com jurisdição sobre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Durante a sessão solene, tomaram posse dezoito magistrados, dentre eles, seu primeiro presidente, Milton Luiz



Foto: Edgard Catão

Prédio sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região na avenida Paulista

Pereira, sucedido no cargo por Homar Cais, Américo Lacombe, Sebastião Oliveira Lima, Jorge Scartezzini, Márcio Moraes, Annamaria Pimentel, Diva Malerbi e Marli Ferreira.

Ainda durante 1989, o Brasil elegeu, depois do regime militar, seu primeiro presidente por voto direto, Fernando Collor de Mello, que, em 1990, viria a lançar um plano econômico que levou seu nome e inscreveu o TRF3 numa das páginas mais polêmicas da história do país. Com pouco tempo de existência, o TRF3 já mostrava a que veio: em 1991 foi o pioneiro a declarar, em decisão unânime do Plenário, a inconstitucionalidade do bloqueio dos cruzados novos do Plano Collor.

Nessa época, o TRF3 já era responsável por 38% dos processos federais em andamento no país. O Tribunal era então celebrado por decisões em assuntos polêmicos sempre favoráveis aos cidadãos: incorporação dos 147,07% ao reajuste dos aposentados, índice que o governo federal pretendia expurgar do cálculo dos benefícios; decisão sobre a suspensão da cobrança do Imposto sobre Movimentações Financeiras-IPMF; decisão

contra abusos na cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; decisão contra o pagamento de benefício previdenciário inferior a um salário mínimo.

Outro projeto que ganhou força foi o da interiorização da Justiça Federal, com a criação e varas federais, que hoje totalizam 175 na 3ª Região, de um total de 744 implantadas em todo o país, aproximando assim a Justiça do cidadão.

Aos cinco anos de existência, o TRF3 contabilizava 165 mil processos julgados, 337 mil distribuídos e 121 mil acórdãos publicados, um verdadeiro marco na atividade jurisdicional do país.

A informatização teve e continua tendo papel fundamental na busca pela excelência dos serviços do TRF3. Em 1992, o tribunal estabeleceu como meta o fornecimento de computadores com impressora a todos os juízes da primeira instância. Em 1995, com a chegada da internet ao Brasil, criou um sistema de fornecimento de informações processuais via computador. Advogados em todo o país passaram a receber diretamente dados sobre processos em trâmite nas duas Instâncias, que soma-

vam 1 milhão e 300 mil.

Buscando criar condições cada vez melhores e para desenvolver seu trabalho com mais eficiência, em 1999, o TRF3 ganhou uma nova sede, mudando-se da Rua Líbero Badaró para a Avenida Paulista, nº 1842.

Ainda em 2000, o TRF3 julgou o notório caso de desvio de verbas públicas na construção do Fórum Trabalhista em São Paulo. Neste mesmo ano, sintonizado com as necessidades mais prementes da sociedade, cria a primeira vara de Direito Ambiental, em Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

Em 2003, o TRF3 e o Brasil se destacam com a indicação da desembargadora federal Sylvania Steiner para o Tribunal Penal Internacional em Haia. Nesse ano, o TRF3 também cria sua 3ª Seção, especializada em matéria previdenciária.

No terceiro milênio, a marca do TRF3 é a agilidade. Com aplicação intensiva de recursos tecnológicos, são instalados os Juizados Especiais Federais, reduzindo o uso do papel, encurtando a duração dos processos e alcançando resultados nunca imaginados, beneficiando, sobretudo, a população carente, que busca cada vez mais seus direitos na justiça, principal-



Sala de julgamento do Órgão Especial e Plenário do TRF3

mente em causas previdenciárias.

O trabalho do Juizado Especial Federal de São Paulo chegou a ser citado na imprensa internacional, na revista *The Economist*, na edição de março de 2004, como um dos mais eficientes dentro do sistema judiciário brasileiro.

A experiência com os Juizados Especiais Federais acabou se revelando tão promissora que, num curto espaço de tempo, eles se espalharam pelo interior do estado de São Paulo. Foram inauguradas cerca de 20 unidades entre 2004 e 2005.

Preocupado em estreitar seus laços com o usuário de seus serviços, o TRF3 criou, em 2008, a Ouvidoria, órgão encarregado de receber as reclamações e resolvê-las, buscando uma prestação jurisdicional cada vez mais rápida e eficiente.

Percebendo a necessidade de motivar seus funcionários para dar um melhor atendimento ao público, o TRF3 implantou ao longo desses anos de existência diversos projetos que buscam incentivar a qualidade de vida como a ginástica laboral, os exames periódicos de saúde e campanhas como a que resultou, em 2007, no ambiente livre do tabaco.

Recentemente, o TRF3 vem adotando um novo modelo de atuação da Justiça: a conciliação, que busca solução mais rápida para os conflitos, com a consequente eliminação de um alto número de recursos.

Os desafios do TRF3 para o futuro se multiplicam. Ainda há muito o que fazer, mas a história do Tribunal nesses seus vinte anos de existência aponta que é possível o desenvolvimento de uma justiça cada vez mais célere, equânime e aberta a todos os cidadãos.

“A história de vinte anos é a história de homens e mulheres, servidores e magistrados que fizeram essa justiça. A história é de todos nós. A história dos vinte anos da Justiça Federal da 3ª região é a história de São Paulo e Mato Grosso do Sul, que juntos ajudaram a construir uma realidade e um tribunal novo, e uma justiça federal moderna e atualizada”, afirma a presidente Marli Ferreira.

Nas próximas edições, conheça alguns dos personagens e episódios que fizeram essa história.

Sessão Plenária

Como parte das comemorações dos 20 anos, a presidente do TRF3, desembargadora federal Marli Ferreira, realizará sessão plenária solene na segunda-feira, dia 30 de março, às 16 horas, no Plenário do TRF3, 14º andar.

Andréa Moraes



Edifício Saldanha Marinho na rua Líbero Badaró, primeira sede do TRF3

SERVIDORES EXPÕEM OBRAS NO 2º SALÃO DE ARTES DO TRIBUNAL

Mostra em comemoração dos 20 anos do Tribunal apresenta esculturas, fotografias, pinturas, desenhos e cerâmicas produzidas por 11 servidores

Como parte das comemorações dos 20 anos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a Divisão do Pró-Social promove de 23 a 30 de março, das 11 às 19 horas, no Hall Nobre da Torre Sul, 25º Andar, a segunda edição do **Salão de Artes**. Durante seis dias, 54 obras estarão expostas à visitação interna e externa.

A primeira edição do evento foi realizada em 1999 para cele-

brar os 10 anos da fundação do Tribunal. No 2º Salão de Artes, 11 servidores da ativa e aposentados apresentam trabalhos de esculturas, fotografias, pinturas, desenhos e cerâmicas.

A presidente Marli Ferreira, em visita ao salão, apreciou o trabalho apresentado pelos artistas. "Gostei, achei bem interessante. É bom saber que temos tantos talentos na Justiça Federal, fico muito feliz", disse.

No final da apresentação as três obras do artista Wladimir Wagner Rodrigues serão leiloadas pelo site (www.mercadolivre.com.br) e o valor arrecadado será revertido para o Centro Infantil Clara de Assis, entidade parceira do TRF3 que atende 80 crianças em situação de vulnerabilidade social.

Mônica Gifoli e Wellington Campos

Foto: João Fábio Kairuz



A presidente do TRF3, visita a exposição de artes dos servidores.

Conheça os artistas e suas obras

Fotos: Edgard Catão



Silvia Meirelles Bellusci
Escultura

“Quando entrava em museus, eu ficava muito emocionada ao ver peças de cerâmica antigas. Existem obras produzidas há mais de 28 mil anos. Pensar que alguém fez aquela peça a tanto tempo atrás e que é uma expressão artística que nós podemos ver atualmente me emociona. Aí me toquei que eu podia fazer isso”.



Maria José Lopes Leite
Desenho com nanquim

“Sempre desenhei, é muito bom. A exposição é uma coisa nova, mas acredito ser o momento certo de mostrar o meu trabalho para outras pessoas”.



Wladimir Rodrigues
Pintura

“As três aquarelas com o título de ‘maternidade’ foram feitas especialmente para a mostra do tribunal. Tenho experiência em artes plásticas e já trabalhei com várias técnicas. Cada exposição é uma nova experiência e valorizo muito isso. Nós aprendemos expondo e mostrando um pouco de nós e da nossa visão de mundo por meio do nosso trabalho”.

2º Salão de Artes - Expositores



Cleide Muniz da Silva
Pintura

"Sou eclética, gosto de pintar tudo, flores, figuras humanas, rostos e etc. São coisas que vêm da minha cabeça, às vezes, vejo uma foto e tento transferir para o papel e fazer um desenho".



Marcia Angelina Curti
Pintura

"A pintura sempre nos leva a algum tipo de reflexão. Ela deve sempre expressar o belo e os sentimentos agradáveis que nos levam a refletir e/ou sentir mensagens boas de esperança, amor e beleza".



Celia Zelinka Machado
Pintura em tela

"Particpei do primeiro salão de artes do TRF e de outras apresentações. Para mim, a pintura representa uma válvula de escape. Todos temos o desejo de realizar obras, mas às vezes não nos damos chance de executar. Nós somos múltiplos e essa multiplicidade está exposta aqui neste salão".

2º Salão de Artes - Expositores



Wanderley de Jesus
Fotografia digital

“A forma de apresentar por meio do suporte digital é muito interessante. É a primeira vez que participo de uma exposição e o meu incentivo são as pessoas que gostam das minhas fotos”.



Renata de Oliveira
Fotografia

“Faço como um hobby, assim como viajar. As fotos expostas são da última viagem que fiz. É a primeira vez que participo de uma exposição. Mas o resultado foi melhor do que eu imaginava, sinto-me mais motivada para estudar fotografia e investir mais”.



Rodrigo Whitaker Salles
Fotografia

“Trabalho com fotografia tradicional. Eu mesmo revelo as minhas fotos, vou para o laboratório, gosto de viver todo o processo. Já participei de várias exposições individuais e coletivas. Costumo mostrar o trabalho, pois o que nós fotografamos não é para ficar engavetado, mas para divulgar”.

2º Salão de Artes - Expositores



Ronaldo Coelho de Lima
Fotografia

A fotografia, um de seus hobbies prediletos, e a vontade de registrar a beleza dos lugares por onde viaja resultaram esta obra, um flagrante na cidade de Buenos Aires.



Antonio Ramirez Lopes
Fotografia

“A iniciativa de uma exposição no ambiente profissional é maravilhosa, gera um contato com colegas, uma proximidade e até uma facilidade de comunicação. Neste trabalho, tentei fazer alguns recortes, mostrar algumas silhuetas, alguns contornos de um final de tarde com os pescadores chegando do seu dia de trabalho”.

de 23 a 30
de março

Torre Sul - 25º andar
Hall Nobre

PROCESSO ELETRÔNICO JÁ É UMA REALIDADE NO TRIBUNAL

Turmas de julgamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região já estão trabalhando de forma virtual e julgando processos eletronicamente

Foto: João Fábio Kairuz

A informatização processual está chegando ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Isso acontece graças a implantação do GEDPRO - sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Processuais, que permite a eliminação dos documentos de papel, produzindo apenas documentos processuais eletrônicos, acessíveis via internet a todos os advogados e partes interessadas.

As 6ª, 9ª e 10ª Turmas já estão trabalhando com o novo sistema e iniciaram neste mês de março as sessões de julgamento totalmente eletrônicas. Ao se utilizarem desse novo sistema, os quatro desembargadores que integram a Turma visualizam o processo através de seus notebooks durante a sessão de julgamento. Eles acessam na hora o voto eletrônico e quase não precisam mais do processo de papel.

“Antes, eu fazia minha pauta, com meus votos e depois um resumo de pauta que era enviado com antecedência para os demais desembargadores da Turma. Se eles tivessem alguma dúvida ou quisessem algum esclarecimento, tinham que pegar o processo e levar para o Gabinete”, lembra a desembargadora



Diretora da Subsecretaria da 9ª Turma, Ana Paula Brito Simões, acompanha sessão de julgamento

ra federal **Marisa Santos**, presidente da 9ª Turma.

Hoje, a comunicação entre os gabinetes que compõem a Turma é realizada de maneira eletrônica. Assim, um desembargador pode visualizar o resumo de pauta, a minuta de relatório de julgamento, o que possibilita a diminuição do tempo da sessão de julgamento. “Esse sistema agrega inteligência. Hoje, o gabinete alimenta a informação e ela vai repercutir até a publicação”, acredita **Douglas de Almeida Cedro**, assessor de Informática do Tribunal.

Foto: Edgard Catão



Sessão de julgamento da 6ª Turma utiliza o GEDPRO - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Processuais

Além de diminuir o tempo de julgamento durante as sessões, este novo procedimento também irá agilizar o trabalho nas Subsecretarias das Turmas. “O advogado, lá do escritório dele, consegue visualizar todas as nossas decisões. Isso vai implicar também em queda no atendimento em balcão, porque se ele acessa a decisão, não precisa vir no balcão da Subsecretaria”, afirma o assessor Douglas Cedro.

Outro ponto relevante na utilização do Gedpro é na parte estatística. Assim que o processo é julgado, automaticamente ele já fará parte dos números estatísticos de julgamento do TRF3. “A estatística com o Gedpro fica mais próxima da realidade”, garante a desembargadora federal Marisa Santos.

“O Gedpro, funcionando bem, agiliza o serviço da subsecretaria, integrando as atividades das turmas e dos gabinetes, já que é possível a visualização, no próprio sistema, das decisões e dos acórdãos dos desembargadores e juízes. Além disso, elimina fases na disponibilização, tornando o nosso trabalho mais rápido e efetivo”, conclui a diretora da Subsecretaria da 9ª Turma, **Ana Paula Brito Hori Simões**.

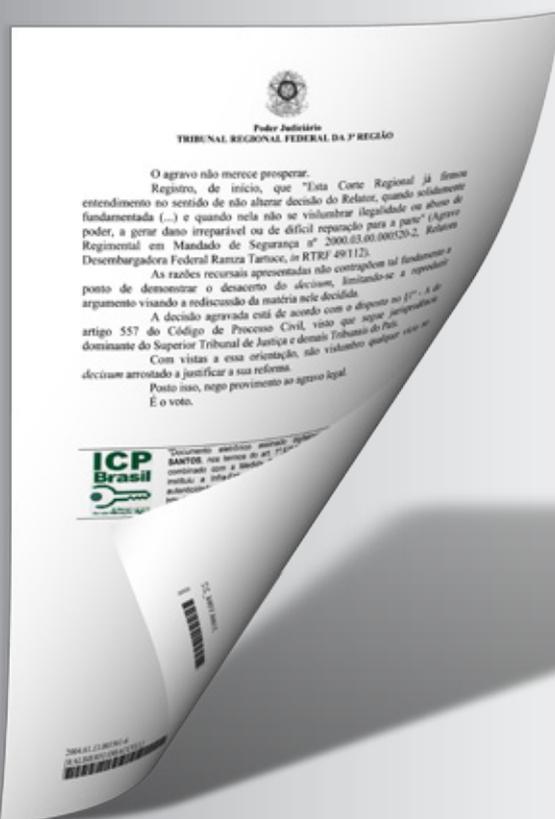
Ana Cristina Eiras



ANTES

DEPOIS

Documento processual de papel	Documento processual eletrônico
Processos tramitavam entre os gabinetes da turma	Desembargadores podem acessar os processos de seus pares eletronicamente
Sessão de julgamento com pilhas de processos de papel	Sessão de julgamento completamente eletrônica
Advogados tinham de pedir o processo para verificar a decisão	A decisão está disponibilizada automaticamente após a publicação no Diário Eletrônico
Somente os acórdãos eram acessíveis pela internet	Todos os acórdãos e decisões monocráticas estão disponíveis na internet
Grande acúmulo de atendimento das partes no balcão da subsecretaria	As partes e os advogados podem visualizar o processo pelo computador do escritório
Números de julgados encaminhados manualmente para estatística	Processos julgados e nome do desembargador relator são encaminhados automaticamente para estatística



PRESIDENTE MARLI FERREIRA INAUGURA CENTRAL DE MANDADOS UNIFICADA

Setor irá proporcionar maior eficiência e transparência na execução do trabalho

A presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal **Marli Ferreira** e a diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, juíza federal **Renata Lotufo**, inauguraram no dia 17 de março, a **Central de Mandados Unificada**.

“É um sonho da época da Corregedoria, porque racionaliza o trabalho dos oficiais de justiça”, afirmou a presidente do TRF3, e completou: “ganha o jurisdicionado, ganham os oficiais de justiça, ganha o juiz e ganha a Administração. É um grande avanço para a cidade de São Paulo”.

A presidente do TRF3, desembargadora federal Marli Ferreira, explicou que o processo virtual está chegando e assim os oficiais de justiça terão menos trabalho. “O trabalho será mais



Fotos: Edgard Catão

Presidente Marli Ferreira e a diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, Renata Lotufo, durante o descerramento da placa

pontual e melhor feito, melhor administrado e melhor dividido. Todos vão trabalhar melhor e menos do que antes”, afirmou a presidente.

Para a diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, juíza federal Renata Lotufo, a Central Unificada tem por escopo evitar o retrabalho. “Nos tínhamos três Centrais de Mandados que englobava a cidade de São Paulo, todos de matéria cível, uma no Fórum Pedro Lessa, outra no Fórum das Execuções Fiscais e outra no Fórum Previ-

denciário. Esta Central tem por objetivo evitar que os oficiais de justiça saiam para cumprir os mandados nos mesmos locais, unificando o trabalho, dividindo melhor os mandados, para que haja menos sobrecarga de serviço para os oficiais de justiça e desafogando o trabalho, pois estes mandados serão cumpridos mais rapidamente. A juíza explicou, por exemplo, que será possível fazer a divisão do serviço por CEP.

Quem coordenará esta Central de Mandados Unificada e o trabalho de cerca de 170 oficiais de justiça é o juiz federal **Paulo César Conrado**, que será o juiz corregedor. Ele ressalta: “Esta Central maximizará os resultados e esforços de todo o trabalho que é feito na Justiça Federal da 3ª Região, conseguindo o máximo de eficiência e resultados”.

Compareceram ao evento, o juiz federal **Fernando Mattos**, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, os juizes em auxílio à Presidência do TRF3, **Paulo Sérgio Domingues** e **Leila Paiva Morrison**, juizes federais, diretores e servidores.



Panorâmica da Central de Mandados Unificada, novo setor do Tribunal

Ester Laruccia

ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO GANHA NOVAS INSTALAÇÕES

A Emag possui agora nove salas de aulas, laboratório de informática, sala de vara padrão, para treinamento prático dos juízes em julgamentos e um auditório

Fotos: Edgard Catão

A presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal **Marli Ferreira**, inaugurou no último dia 11, as novas instalações da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (Emag), que agora localiza-se no Edifício Funcef, na Avenida Paulista, 1.912.

Com as novas acomodações, a Emag ganhou nove salas de aulas, um laboratório de informática, uma sala de vara padrão, para treinamento prático dos juízes em julgamentos, e um auditório com capacidade para aproximadamente 90 pessoas, o que propiciará um melhor atendimento para os magistrados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, em condições exigidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

ção jurídica. Ele tem que ter todas as formações complementares para que seja um ser humano completo”.

A presidente do TRF3 avaliou que sua administração foi focada no ser humano – magistrados e servidores. “Porque são eles a ferramenta mais importante para gerar a nossa atividade finalística que é dizer a jurisdição”, afirma.

O diretor da Escola de Magistrados, desembargador federal Newton De Lucca, destacou o apoio da presidência do TRF3 para que a meta da instalação da Emag fosse cumprida. “Eu

sou testemunha do empenho da desembargadora Marli Ferreira que me apoiou em todos os eventos realizados”, declarou o diretor.

A cerimônia contou com a participação especial do diretor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, **João Grandino**

Rodas, que proferiu uma palestra inaugural, traçando um perfil sobre a academia tradicional e as novas escolas, entre as quais a Emag, e a necessidade de uma inter-relação mais frequente entre elas. Também abordou a questão dos Tribunais Internacionais e o papel que eles ocupam na atualidade, com um estudo de caso sobre o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.

Convênio entre TRF3 e USP
O diretor **João Grandino Rodas** aproveitou para anunciar a for-

mação de uma parceria entre a Universidade de São Paulo (USP), a Escola de Magistrados da 3ª Região, a coordenadoria do Juizado Especial Federal e a presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O convênio tratará de uma troca de experiências, ou seja, os alunos de Direito da USP poderão verificar na prática o trabalho da Justiça e os magistrados da 3ª Região terão um acesso maior aos cursos que são oferecidos pela Faculdade de Direito.

“Nós vamos, reciprocamente, nos beneficiar deste convênio. Os nossos juízes e servidores serão beneficiados e os alunos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco vão poder conhecer o outro lado de uma realidade que dificilmente eles conheceriam”, afirmou a desembargadora Marli Ferreira.

Compuseram a mesa da cerimônia os desembargadores federais **Newton De Lucca**, diretor da Emag; **Consuelo Yoshida**, diretora acadêmica; **Marisa Santos**, diretora suplente; e o diretor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, **João Grandino Rodas**. Prestigiaram o evento os desembargadores federais **Baptista Pereira**, **Fábio Prieto**, **Cotrim Guimarães**, **Carlos Muta**, **Nelton dos Santos**, **Vera Jucovski** e **Henrique Herkenhoff**. Muitos juízes federais também estiveram presentes.

Ana Cristina Eiras



Da esq. para dir.: desembargador federal Newton De Lucca, presidente Marli Ferreira, o diretor da Faculdade de Direito da USP, João Grandino Rodas e a desembargadora federal Marisa Santos

Uma das metas da administração da presidente do TRF3, desembargadora Marli Ferreira, é proporcionar condições favoráveis de estudo aos magistrados com as novas instalações da Emag. Para a presidente, a Escola deve trabalhar na formação prática do magistrado: “tem que ter um papel inovador em termos de atividade jurisdicional, propiciando atendimento integral, intelectual, científico, técnico e cultural na sua mais ampla variedade. O juiz, na verdade, tem que ser um ser completo, ele não pode só ter forma-



BATE-PAPO

A convidada desta edição do TRF3 Notícias foi servidora por sete anos e meio do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, está no Tribunal desde 1995, é formada em Secretariado Executivo Bilíngüe e Letras, tem mestrado e é doutoranda da USP na mesma área. Já viajou pela França, Espanha, Tunísia, Grécia e Suécia. Aqui, trabalhou no Gabinete do desembargador federal Souza Pires, na Quinta Turma, na UFOR, na SADI e atualmente, está lotada na Divisão de Serviços Gráficos

Nome – Damares Barbosa Correia

Idade – 41 anos

Onde trabalho – Divisão de Serviços Gráficos

Formação – Graduação - Secretariado Executivo Bilíngüe (Port. Inglês) e Letras; Mestrado em Letras e Doutorado em Letras (em curso)

Livro Predileto – “O amor nos tempos do Cólera”, Gabriel Garcia Marques

Filme que assisti – “Carruagens de Fogo”, uma lição de vida

Música que marcou – Dust in the wind, Kansas

Lazer no fim-de-semana – Teatro infantil e almoço ou teatro adulto e jantar

Minha família – É tudo, em todos os sentidos

Comida que eu gosto – A minha, quando estou inspirada...

O melhor restaurante da Paulista – Amaranto, no hotel Caesar

Um lugar em São Paulo – Minha casa e a USP

Se eu não fosse servidor seria – Professora/Escritora/Crítica literária

Um sonho – Estudar Direito, depois de aposentada, e advogar sem receber honorários



Foto: João Fábio Kairuz

A servidora Damares Correia em seu local de trabalho

TRF3 AJUIZA 380 AÇÕES NA PRIMEIRA ETAPA DA EXPEDIÇÃO DA CIDADANIA

O objetivo do projeto é levar o Juizado Especial Federal Itinerante a populações carentes de regiões de difícil acesso e garantir às pessoas o direito à cidadania



A presidente do TRF3, desembargadora federal Marli Ferreira, durante o lançamento nacional do programa "Expedição da Cidadania"

A primeira fase da "Expedição da Cidadania", projeto promovido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) com o objetivo de levar o Juizado Especial Federal Itinerante a populações carentes de regiões de difícil acesso e garantir às pessoas o direito à cidadania, terminou no dia (13/03).

Nesta etapa, mais de seis mil pessoas foram atendidas e 380 processos ajuizados pelo Juizado Especial Federal na cidade de Porto Murtinho (MS).

Além dos processos ajuizados, foram expedidos 480 CPFs, 400 carteiras de identidades, 20 certidões de nascimento, 420

carteiras de trabalho e 160 títulos de eleitor; A Polícia Federal legalizou a situação de 105 estrangeiros residentes no país, e o Incra regularizou as propriedades de 47 pessoas. O INSS atendeu 235 pessoas, para as quais concedeu 39 benefícios, indeferiu 59 e deu andamento em 104. A Secretaria de Saúde do município de Porto Murtinho realizou 1391 atendimentos médico-odontológicos.

A Expedição da Cidadania ficou em Porto Murtinho (MS), de 8 a 13 de março, atendendo à população carente da região, cujo acesso à Justiça era deficiente.

A segunda fase do projeto começou no dia **25 de março**. Desta vez, a "Expedição da Cidadania" irá percorrer o rio Paraguai para levar a Justiça para as populações ribeirinhas. A equipe será transportada, até o dia 8 de abril, por um navio da Marinha do Brasil, que partirá da base naval de Ladário, ao lado da cidade de Corumbá. O Navio seguirá pelo rio Paraguai até Porto

Murtinho, passando por Porto da Manga, Porto Albuquerque, Albuquerque, Porto Morrinho, Porto Esperança, Forte Coimbra e Barranco Branco.

Ana Carolina Minorello



EXPEDIENTE

Ester Laruccia – MTB: 26021
Assessora de Comunicação

Reportagem:
Ana Carolina Minorello, Ana Cristina Eiras, Andrea Moraes, Ester Laruccia, Wellington Campos, Mônica Gifoli

Secretaria de Redação:
Daniela Benedete

Fotografia:
Edgard Catão, João Fábio Kairuz

Colaboradores:
Bernardo Spinelli / Eduardo Costa

Projeto Gráfico e Editoração:
Edgard Catão

ANO: II / Número: 9 / 2009

Realização:
Assessoria de Comunicação do TRF3
Avenida Paulista, 1.842 – Torre Sul
10º andar – Cerqueira César
São Paulo – SP – CEP: 01310 936
Fone: 11 3012-1446
E-mail: imprensa@trf3.jus.br
www.trf3.jus.br

Informativo de distribuição interna



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO